



**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024**

**ART. 75, INCISO II, § 2º E § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

**1. PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE CAMAMU, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.753.306/0001-60, com sede administrativa na Praça Dr. Pirajá da Silva, 275, Centro, Camamu – Ba, CEP: 45.445-000, neste ato representado pelo Senhor Enoc Souza Silva, Prefeito, nos termos do art. 75, Inciso II, §2º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, tem interesse em realizar a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro automotivo, para Ambulância Toyota hilux pertencente a secretaria de saúde do Município de Camamu/BA, de acordo com os documentos que integram o Processo Administrativo, nº 051/2024, tudo isso com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

**2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e, que acarretem a coletividade um tratamento discriminatório não previsto em lei.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio, é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido, o art. 75, inciso II combinado com os seus § 2º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – CRFB/1988:**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, materiais, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:**

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...].

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros materiais e compras;

[...].



§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Desta feita, a rigor, as compras, materiais, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade. [...].

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação;
- b) por inexigibilidade de licitação.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II, c/c §2º e § 3º todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos, assim como no Termo de Referência, Anexo I do presente documento.

### 3. DA LEGISLAÇÃO APLICADA:

Aplica-se à este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;

### 4. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO:

Considerando as justificativas apresentadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso de Intenção de Dispensa, **AUTORIZO** publicação do mesmo no sítio oficial da Entidade, **pelo prazo de 03 (três) dias úteis**, visando a obtenção de propostas de eventuais interessados, a fim de selecionar aquela que demonstrar-se mais vantajosa para a Instituição.

As propostas dos interessados, conforme modelo indicado no **Anexo III**, deverão ser enviadas para o e-mail: [licitacao.camamu@gmail.com](mailto:licitacao.camamu@gmail.com), até o dia **15/04/2024** ou protocolar na Sala de Licitações, na Praça Dr. Pirajá da Silva, 275 – Centro - Camamu – BA.

O interessado deverá, visando a formalização do contrato, fazer prova de sua **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**, mediante apresentação dos seguintes documentos:



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- Cópia dos **Documentos Pessoais** (documento de identificação pessoal com foto e CPF);
- Cópia do Ato Constitutivo (Contrato Social) consolidado, Estatuto ou documento equivalente;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**), expedida pela Secretaria da Receita Federal, devidamente atualizada (**emissão recente**);
- Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, devidamente atualizada (**emissão recente**);
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal (Dívida Ativa da União, Receita Federal e INSS)**.
- Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- Atestados de capacidade técnica;
- **Comprovações para sua personalidade jurídica (CNPJ)**, de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica que comprove a inexistência de quaisquer registros nos seguintes órgãos: Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Controladoria Geral da União (CGU) obtida no site (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>) e impressões de todas as quatro certidões emitidas (TCU; CNIA; CEIS E CNEP);

Camamu-BA, 09 de abril de 2024.

---

**Enoc Souza Silva**  
Prefeito Municipal



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

A Prefeitura Municipal de Camamu formaliza o presente Termo de Referência visando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro automotivo, para Ambulância Toyota hilux pertencente a secretaria de saúde do Município de Camamu/BA.

1.1 , especificados no Anexo a este termo: Relação e Dados dos Veículos para Contratação do Seguro, que compõem a frota deste município.

| ITEM | DESCRIÇÃO DO OBJETO   |
|------|---|
| 01   | Seguro veicular<br>Marca/Modelo: TOYOTA HILUX FLASH 2.8 4X4 DIESEL CABINE SIMPLES AMB.<br>ANO/MODELO: 2023/2024<br>CHASSI: 8AJDA8CB0R6056085 PLACA: 0KM |

**2. JUSTIFICATIVAS**

2.1. A presente contratação tem a finalidade de proteger o patrimônio público municipal, face aos eventuais sinistros que possam ocorrer com os veículos quando de sua utilização decorrente das várias atividades exercidas pela administração pública, bem como, resguardar o erário quanto a possíveis reclamações por danos pessoais e/ou matérias passíveis de serem causados a terceiros e proporcionar um maior segurança para seus condutores e servidores que farão uso dos veículos no pleno exercício de suas atribuições;

2.2. As coberturas destinam-se a garantir ao contratante segurado até o limite máximo de indenização ou o reembolso das indenizações que for obrigado a pagar, por danos involuntários pessoais e/ou materiais, causados em seu próprio veículo, a terceiros transportados, terceiros não transportados, bem como demais situações causadas pelo veículo segurado, decorrentes do de risco coberto.

**3 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**3. DA APÓLICE**

3.1. A apólice referente a contratação em tela terá vigência por 12 (doze) meses, a contar das 24h (vinte e quatro) horas do dia da sua emissão.

3.2. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.

3.3. Deverá constar na apólice:

- a) identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- b) indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- c) indicação de fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100% (cem por cento);
- d) prêmios discriminados por cobertura.

**4. DA FRANQUIA**

4.1. A franquia considerada é a reduzida, observando, no entanto, o seguinte:

4.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

4.1.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores;

4.1.3. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pela Administração, prioritariamente, à empresa que realizar o conserto, de forma isolada

ou combinada:

a) Livre escolha de oficinas pelo segurado; ou

b) Escolha de oficinas integrantes de rede referenciada.

4.1.4. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão;

4.1.5. A franquia reduzida será paga pela Administração para danos parciais dos veículos próprios, não haverá cobrança de franquia para danos materiais a terceiros.

4.2. Os valores acima estimados (franquias e prêmios) tratam-se de referência máxima para a contratação do objeto deste Termo e foram estipulados com base em cotações mercadológicas.

4.3. Modalidade da contratação: Valor Mercado Referenciado (VMR (100% - Tabela FIPE - Fundação de Pesquisas Econômicas).

4.4. Coberturas: Colisão, Incêndio, Roubo ou furto, RCF-V e APP-V

**I - Para a HILUX TOYOTA**

a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00

b) Danos corporais - R\$ 100.000,00

4.5. A cobertura constante neste Termo abrange todo o território nacional

4.6. Vidros/outros protegidos: vidros, faróis, lanternas e retrovisores (com isenção total de franquia).

**5. DA EXECUÇÃO**

5.1. A apólice única deverá ser fornecida à Secretaria de Saúde em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento NOTA DE EMPENHO, não gerando custo para a contratante e deverá conter, no mínimo os seguintes itens, de acordo com os valores contratados, seus subitens:

5.1.1. Valor referenciado, 100% (cem por cento) tabela FIPE - CASCO;

5.1.2. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Danos materiais;

5.1.3. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Danos corporais;

5.3.4. Valor Acidente pessoais por Passageiro (APP) - Morte;

5.1.5. Valor Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) - Invalidez permanente;

5.1.6. Assistência 24 horas ilimitada;

5.1.7. Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores (com isenção total de franquia);

5.1.8. Valor da franquia de vidros (inclusive pára-brisa), faróis, lanternas e retrovisores, com isenção total de pagamento;

5.2. Após a entrega das apólices o Gestor do contrato terá prazo de 10 (dez) dias para verificação da sua conformidade;

5.3. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, número de chassi, etc, a contratada terá 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pelo contratante;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

5.4. A contratante deverá fornecer manual ou equivalente contendo informações relativa ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Termo de Referência;

5.5. A seguradora contratada, após ser acionada pela contratante, deverá providenciar imediatamente a execução dos serviços constantes neste Termo.

5.6. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais a contratada não poderá cobrar o valor de franquia;

5.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão, bem como enchentes;

## **6. DOS SINISTROS**

6.1. Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

6.1.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

6.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

6.1.3. Raios e suas consequências.

6.1.4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

6.1.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

6.1.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

6.1.8. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

6.1.9. Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua

utilização não implica perda de bônus para o segurado.

6.1.10. Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins.

6.1.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações

por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

6.1.12. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, sem pagamento de franquia;

6.1.13. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

6.1.14. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

6.1.15. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE;

c) Transporte da pessoa por imobilização do veículo segurado;

d) Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.



- e) Socorro mecânico emergencial no local.
- f) Troca de pneus, remendo de pneus e troca de lâmpadas.

## **7. DA VISTORIA PRÉVIA**

- 7.1. A vistoria prévia não é obrigatória para fins de participação nesta Dispensa, porém, o licitante que não a fizer, não se eximirá de assumir todas as obrigações pertinentes ao objeto desta Dispensa.
- 7.2. A vistoria prévia dos veículos objetos deste Termo deverá ser marcada previamente por intermédio do email: [licitacao.camamu@gmail.com](mailto:licitacao.camamu@gmail.com), ou pessoalmente na Secretaria Municipal de Administração, no prédio da Prefeitura Municipal, na Praça Dr. Pirajá da Silva, 275 – Centro – Camamu/BA, de segunda à sexta-feira, no horário das 08 às 14 horas.
- 7.3 As vistorias somente poderão ser realizadas até o último dia útil de recebimento das propostas, tendo em vista a natureza do objeto da presente contratação e as especificidades de cada automóvel que servem de base para a completa formulação das propostas de preço.

## **8. DA AVARIA E DO SINISTRO**

- 8.1 Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.
- 8.2. Após procedimento de recuperação pelo contratante, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.
- 8.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.
- 8.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 9 deste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.
- 8.5. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 8.6. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 8.7. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 8.8. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

## **9. REGULAÇÃO DE SINISTRO**

- 9.1. Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- 9.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 9.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do contratante.
- 9.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- 9.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do contratante, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.





9.6. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

## **10. DA INDENIZAÇÃO**

10.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

10.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

10.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo contratante e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

10.4. A indenização integral será caracterizada quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

10.5. Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

10.6. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

## **11. DA INCLUSÃO, EXCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO**

11.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados na proposta que objetivou a contratação.

11.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

11.3. Caberá ao contratante, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de

confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

11.4. Havendo necessidade de exclusão, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:  $X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde: X = Valor anual do prêmio por veículo; 12 = Número de meses; Y = Valor mensal do prêmio por veículo; Z = Número de meses restantes para o término da apólice; VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

11.5. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo contratante à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

11.6. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito na conta do Órgão contratante, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado à Secretaria de Administração.

## **12. DO ENDOSSO E DOS BÔNUS**





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

12.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo contratante e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Termo.

12.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

12.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

12.4. A empresa vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos neste Termo.

12.5. A bonificação estabelecida neste Termo foi obtida, por meio de adição de 1(uma) unidade à bonificação das atuais apólices.

### **13. DOS SALVADOS**

13.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora;

13.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

### **14- ORÇAMENTO**

14.1. O valor estimado para realização dos serviços descritos no presente termo de referência é de **R\$ 5.061,22 (cinco mil, sessenta e um reais e vinte dois centavos)**, conforme disposto na tabela abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNID | QUANT | V. TOTAL |
|------|--|------|-------|----------|
| 01   | Seguro veicular<br>Marca/Modelo: TOYOTA HILUX FLASH 2.8 4X4 DIESEL<br>CABINE SIMPLES AMB.<br>ANO/MODELO: 2023/2024<br>CHASSI: 8AJDA8CB0R6056085 PLACA: 0KM | Und  | 01    | 5.061,22 |

14.2. Os preços foram obtidos através do Banco de Preço [www.bancodepreco.com.br](http://www.bancodepreco.com.br).

### **15 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. O prazo para a assinatura do instrumento de contrato é até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação para a respectiva formalização.

15.2. O prazo estabelecido para convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, se aceitas pela Administração as justificativas apresentadas.

15.3. O não atendimento injustificado à convocação, configurando recusa a assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a desistente às penalidades cabíveis no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

15.4. A Prefeitura Municipal poderá rescindir o contrato nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste Termo.



15.5. A execução do objeto do contrato obedecerá ao que consta neste Termo de Referência e a Minuta Contratual em Anexo.

15.6. A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a sua escolha e ratificação da contratação direta.

## **16 – DAS SANÇÕES**

16.1. A recusa injustificada da proponente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Camamu, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades estabelecidas na Minuta Contratual.

## **17 – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de equipamentos inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

17.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços caberão diretamente a Secretaria Municipal de Administração, através de servidor devidamente designado para responder como FISCAL DO CONTRATO, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo aos termos do presente Termo Referência.

17.8. O fiscal dos serviços não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela empresa para a execução dos serviços objeto do presente Termo Referência, cabendo-lhe no acompanhamento e na fiscalização, registrar as ocorrências relacionadas com a execução, comunicando à empresa, através do seu representante, as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

17.9. A execução do contrato será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, de maneira a liberar as autorizações para realização dos serviços e que auferirá as Notas Fiscais/Faturas à luz dos respectivos empenhos, expedidas pelo Setor Contábil.



## **18 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

18.1. A execução dos serviços ocorrerá conforme descrito neste Termo de Referência.

## **19 – DO PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal de Prestação de Serviços e atesto da Prefeitura Municipal de Camamu, através da Controladoria, ou por servidor designado através de Portaria.

19.2. Para pagamento será aferida a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

19.3. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da data da sua reapresentação.

19.4. A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por pagamentos cujas notas fiscais sejam apresentadas sem as respectivas requisições.

## **12 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **12.1. DA CONTRATADA:**

12.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2. Credenciar, perante o Contratante, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.

12.3. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.4. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

12.5. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

12.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.

12.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

12.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato firmado.

12.10. A contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e

municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamento e aditivos de quaisquer naturezas.

12.11. Corrigir quaisquer falhas apontadas pela fiscalização do contrato.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

12.12. Caberá ainda à licitante vencedora as seguintes obrigações:

12.12.1. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa,

chassis, região).

12.12.2. Garantir a seguridade dos veículos a partir da assinatura do contrato.

12.12.3. Garantir o atendimento das responsabilidades civis por danos a terceiros.

12.12.4. Prestar os serviços de Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas, inclusive a vidros.

12.12.5. Prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes,

em situações de emergência e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.

12.12.6. Socorro mecânico emergencial no local do acidente.

12.12.7. Reboque do veículo (guincho abrangendo quilometragem livre).

12.12.8. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.

12.12.9. Serviços de chaveiro.

12.12.10. Troca de pneus.

12.12.11. Envio de combustível.

12.12.12. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.

12.12.13. Serviço de despachante.

12.12.14. Cobertura por perda parcial do veículo segurado e cobertura compreensiva 100% da tabela FIPE (seguro total).

12.12.15. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE.

12.12.16. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.

12.12.17. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.

12.12.18. A Contratada, deverá prover um número de chamada gratuita, para comunicação com a Contratante em casos de acidentes.

12.12.19. A Contratada, deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo.

12.12.20. A Contratada deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados- SUSEP.

12.12.21. A contratada permanecerá como única e total responsável perante a Administração Municipal, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

12.12.22. As empresas executoras dos serviços deverão estar com a regularidade fiscal atualizada para pagamento da franquia.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

12.12.23. A não regularidade fiscal das empresas executoras do serviço impossibilita o pagamento em seu CNPJ. Nesta situação a Seguradora contratada pela Administração Municipal deverá emitir a Nota Fiscal, referente a franquia dos serviços executados, no seu próprio CNPJ.

12.12.24. A critério do CONTRATANTE a CONTRATADA fica desde já, obrigada a aceitar nas mesmas condições de sua proposta original, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, conforme o estabelecido na NLLC.

**12.12. DA CONTRATANTE:**

12.1. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados e as orientações necessárias quanto às peculiaridades dos serviços a serem executados.

12.2. Disponibilizar para a Contratada toda a legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados.

12.3. Permitir acesso dos profissionais da empresa Contratada às suas instalações sempre que necessário para a execução dos serviços, desde que estejam devidamente identificados.

12.4. Publicar, no Diário Oficial do Município, o extrato do contrato celebrado, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência, conforme previsão legal.

12.5. Comunicar a Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado.

12.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Contratada .

12.7. Efetuar o pagamento devido pela execução do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

12.8. Manter a Contratada informada de quaisquer atos da Administração Pública que venham a interferir direta ou indiretamente nos serviços contratados.

12.9. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e

seus anexos.

12.10. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e

seus anexos.

12.11. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.

12.12. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos no Edital, após o cumprimento das formalidades legais.

12.13. Designar Gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto em a sua plenitude, inclusive relatar e solicitar as providências julgadas

necessárias à boa conclusão do ajuste.

12.14. Somente permitir que os veículos sejam conduzidos por pessoas habilitadas.

**13 – DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes do Contrato que vier a ser firmado em razão da Licitação correrão à Conta do orçamento vigente conforme segue:



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

|              |               |
|--------------|---------------|
| UNIDADE(S)   | 07.01         |
| ATIVIDADE(S) | 2029          |
| ELEMENTO(S)  | 3.3.90.39 .00 |
| FONTE(S)     | 1500          |

#### **14 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

14.1. O prazo do contrato terá início na data de sua assinatura e encerrará em **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado conforme autorizam os art. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, alterado, rescindido conforme acordo entre mediante a celebração de Termo Aditivo.

#### **15 – DO FORO**

15.1. As questões decorrentes da execução deste Termo de Referência, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Camamu, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **16 – MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

16.1. O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços mercadológicas, através do Banco de Preço [www.bancodeprecos.com.br](http://www.bancodeprecos.com.br).

16.2. Os valores utilizados para a estimativa da Administração correspondem ao valor mínimo do item licitado.

#### **17– DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Toda a comunicação com o prestador de serviços será feita institucionalmente por meio de documentos devidamente protocolados no Protocolo da Prefeitura Municipal.

Camamu, 10 de abril de 2024

Thársia Oliveira de Menezes Bastos  
Secretaria de Saúde



**MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2024**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** E A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 11.514.326/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOC SOUZA SILVA, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF 169.132.398-58, RG 0528034065 – SSP-BA e a Secretária a Sra. Tharsia Oliveira de Menezes Bastos, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, neste ato denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXX**, situada XXXXXXXXXXXX, XX – XXXXX – XXXX – XXXXXXXXXXX/XX - CEP: XXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXX, Inscrição Municipal nº XXXXXX, aqui representada pelo Sr. XXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXXXXX – SSP-XX e CPF/MF nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADO**, e que se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e atualizações posteriores, têm justo e acordado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro automotivo, para Ambulância Toyota hilux pertencente a secretaria de saúde do Município de Camamu/BA.

§1º É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§2º A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada para cada item registrado.

§3º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O prazo do contrato terá início na data de sua assinatura e encerrará em **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado conforme autorizam os art. 105 e 107 da Lei nº 14.133/2021, alterado, rescindido conforme acordo entre mediante a celebração de Termo Aditivo

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Este Contrato terá vigência desde a sua assinatura até **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

Pela prestação de serviços ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor referente a cada item solicitado R\$ xxx (por extenso).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Estima-se para o contrato o valor total de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material referente as confecções das placas das vias públicas de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA**, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações.

**CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa orçamentária decorrente da execução deste contrato correrá à conta das dotações vigentes, especificadas no Contrato decorrente desta licitação, a saber:





**Unidade: xx.**

**Programa/Atividade: xxxx**

**Elemento de Despesa: xx.xx.xx.xx**

**Fonte de Recursos: 00**

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, até o 30º (trigésimo) dia, contado da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo da Lei Federal nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da Nota Fiscal/Fatura e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

**PARÁGRAFO QUARTO** Em conformidade a Lei Federal nº 14.133/2021, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

**PARÁGRAFO QUARTO --** A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

**PARÁGRAFO QUINTO-** Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO SEXTO-** O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO-** A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) estar acompanhadas da documentação probatória pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A revisão de preços dos contratos, dependerá de requerimento da contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela contratada no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº. 10.406/02.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os fatos geradores que houverem ensejado reajustamento ou revisão dos preços registrados em Ata, ou que tenham sido objeto de renúncia, não serão valorados novamente para concessão de majorações contratuais.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das determinações contidas no Anexo I do instrumento convocatório e daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

7.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. Credenciar, perante o Contratante, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, indicando nome, endereço e telefone de contato.

7.3. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidos neste Termo de Referência.

7.4. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

7.5. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou Whatsapp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do contrato.

7.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.

7.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

7.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

7.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do contrato firmado.

7.10. A contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e

municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamento e aditivos de quaisquer naturezas.

7.11. Corrigir quaisquer falhas apontadas pela fiscalização do contrato.

7.12. Caberá ainda à licitante vencedora as seguintes obrigações:

7.12.1. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa,

chassis, região).

7.12.2. Garantir a seguridade dos veículos a partir da assinatura do contrato.

7.12.3. Garantir o atendimento das responsabilidades civis por danos a terceiros.

7.12.4. Prestar os serviços de Assistência durante 24 (vinte e quatro) horas, inclusive a vidros.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

12.12.5. Prestar o serviço de assistência durante 24 (vinte e quatro) horas que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes,

em situações de emergência e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane, acidente, roubo/furto do veículo.

7.12.6. Socorro mecânico emergencial no local do acidente.

7.12.7. Reboque do veículo (guincho abrangendo quilometragem livre).

7.12.8. Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.

7.12.9. Serviços de chaveiro.

7.12.10. Troca de pneus.

7.12.11. Envio de combustível.

7.12.12. Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão.

7.12.13. Serviço de despachante.

7.12.14. Cobertura por perda parcial do veículo segurado e cobertura abrangente 100% da tabela FIPE (seguro total).

7.12.15. Indenização integral por danos, roubo, furto qualificado ou incêndio observando os valores atualizados apurados na Tabela FIPE.

7.12.16. Cobertura por danos materiais e pessoais a terceiros.

7.12.17. Os preços serão de acordo com os valores vigentes no mercado, praticados pelas companhias de seguro, na data de apresentação das propostas, e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da franquia e do prêmio total aos veículos.

7.12.18. A Contratada, deverá prover um número de chamada gratuita, para comunicação com a Contratante em casos de acidentes.

7.12.19. A Contratada, deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo.

7.12.20. A Contratada deverá responder pelas demais causas legais que por ventura não foram relacionadas neste termo mas que fazem parte das Condições Gerais do Seguro de Automóveis aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados- SUSEP.

7.12.21. A contratada permanecerá como única e total responsável perante a Administração Municipal, pela cobertura do seguro contratado, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação dos sinistros porventura ocorridos e quanto ao pagamento da indenização devida.

7.12.22. As empresas executoras dos serviços deverão estar com a regularidade fiscal atualizada para pagamento da franquia.

7.12.23. A não regularidade fiscal das empresas executoras do serviço impossibilita o pagamento em seu CNPJ. Nesta situação a Seguradora contratada pela Administração Municipal deverá emitir a Nota Fiscal, referente a franquia dos serviços executados, no seu próprio CNPJ.

7.12.24. A critério do CONTRATANTE a CONTRATADA fica desde já, obrigada a aceitar nas mesmas condições de sua proposta original, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, conforme o estabelecido na NLLC.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

- 8.1. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados e as orientações necessárias quanto às peculiaridades dos serviços a serem executados.
- 8.2. Disponibilizar para a Contratada toda a legislação, normas, instruções e programas de trabalho de sua competência, com o objetivo de facilitar e orientar a execução dos serviços contratados.
- 8.3. Permitir acesso dos profissionais da empresa Contratada às suas instalações sempre que necessário para a execução dos serviços, desde que estejam devidamente identificados.
- 8.4. Publicar, no Diário Oficial do Município, o extrato do contrato celebrado, no prazo de até vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência, conforme previsão legal.
- 8.5. Comunicar a Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado.
- 8.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Contratada .
- 8.7. Efetuar o pagamento devido pela execução do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 8.8. Manter a Contratada informada de quaisquer atos da Administração Pública que venham a interferir direta ou indiretamente nos serviços contratados.
- 8.9. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e seus anexos.
- 8.10. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, aplicando as sanções cabíveis, previstas no edital e seus anexos.
- 8.11. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
- 8.12. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos no Edital, após o cumprimento das formalidades legais.
- 8.13. Designar Gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto em a sua plenitude, inclusive relatar e solicitar as providências julgadas necessárias à boa conclusão do ajuste.
- 8.14. Somente permitir que os veículos sejam conduzidos por pessoas habilitadas.

#### **CLÁUSULA NONA - FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

A forma de prestação do serviço do presente contrato será de acordo com o definido no termo de referencia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 10.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

10.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

10.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de equipamentos inadequados ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.7. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços caberão diretamente a Secretaria Municipal de Administração, através de servidor devidamente designado para responder como FISCAL DO CONTRATO, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços, obedecendo aos termos do presente Termo Referência.

10.8. O fiscal dos serviços não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela empresa para a execução dos serviços objeto do presente Termo Referência, cabendo-lhe no acompanhamento e na fiscalização, registrar as ocorrências relacionadas com a execução, comunicando à empresa, através do seu representante, as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

10.9. A execução do contrato será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração, de maneira a liberar as autorizações para realização dos serviços e que auferirá as Notas Fiscais/Faturas à luz dos respectivos empenhos, expedidas pelo Setor Contábil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº. 14.133/2021, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

**I** - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

**II** - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, no cumprimento da obrigação principal, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora;

**III** - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor no cumprimento da obrigação principal não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do serviço em mora.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**- Na hipótese do item anterior, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para os casos de mero atraso ou inadimplemento de obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, deverá ser observado o que for estipulado no Anexo I, TERMO DE REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de a CONTRATADA se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As multas previstas nestes itens não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

**PARÁGRAFO QUINTO** - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada, se exigida, além de perdê-la, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos previstos na Lei Federal nº. 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando a rescisão ocorrer com base na Lei Federal nº. 14.133/2021, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Cidade de Camamu, Comarca de Camamu, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

Enoc Souza Silva  
Prefeito  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Tharsia Oliveira de Menezes Bastos  
Secretaria  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

CPF/MF nº XXXXXXXXX

**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

1) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF/MF nº

2) \_\_\_\_\_

Nome:

CPF/MF nº



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAMU**

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA**

**(COLOCAR NO PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA INTERESSADA)**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA PREÇOS**

|  |                      |          |
|--|----------------------|----------|
| PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):   |                      |          |
| END. COMERCIAL:  |                      | UF:      |
| CEP:   | FONE/FAX:            | CONTATO: |
| INSC. ESTADUAL:  | CNPJ:                |          |
| VALIDADE DA PROPOSTA:  | REPRESENTANTE LEGAL: |          |
| DADOS BANCÁRIOS:   |                      |          |
| OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro automotivo, para Ambulância Toyota hilux pertencente a secretaria de saúde do Município de Camamu/BA. |                      |          |

**PROPOSTA DE PREÇOS**

| ITEM                                | DISCRIMINAÇÃO   | UNID            | QUANT. | V. UNIT | V. TOTAL |
|-------------------------------------|---|-----------------|--------|---------|----------|
| 01                                  | Seguro veicular<br>Marca/Modelo: TOYOTA HILUX FLASH<br>2.8 4X4 DIESEL CABINE SIMPLES AMB.<br>ANO/MODELO: 2023/2024<br>CHASSI: 8AJDA8CB0R6056085 PLACA:<br>0KM | SEGURO<br>TOTAL | 01     |         |          |
| VALOR GLOBAL NO SOMATORIO DOS ITENS |   |                 |        |         | R\$      |

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a prestação do objeto desta cotação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Termo de Referência anexo.

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE